



Nossa luta é todo dia, chega de Exploração!

REDUÇÃO DE DIREITOS TRABALHISTAS NÃO TEM PERDÃO

Bancos lucram e fecham postos de trabalho, até parece que demitir, reestruturar e reduzir cargos estão no DNA dos bancos. Pois, não há motivos para que essa onda continue assim tão forte.

A redução dos direitos dos trabalhadores segue firme na categoria bancária, apesar da rentabilidade e dos lucros em meio à profunda crise econômica que atravessa o país, os cinco maiores bancos brasileiros: Bradesco, Itaú Unibanco, Santander, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal somados apresentaram, no primeiro semestre de 2016, o lucro líquido de R\$ 29,7 bilhões, mas fecharam 7.897 postos de trabalho.

Os bancos privados lucram e demitem e os bancos públicos, também obedecem essa lógica do sistema financeiro. As medidas de “reestruturação” do BB e da CAIXA fazem parte do plano do Governo Temer em fragilizar as empresas públicas, seguindo as diretrizes do mercado privado.



Empregados da CAIXA autorizam o Sindicato assinar acordo sobre “quebra de caixa”

(Página 02)



Auditoria Fiscal da SRTE/MT consta irregularidades no Banco do Brasil

(Página 02)



Trabalhadores pelas ruas de Cuiabá contra a PEC da Morte

(Página 03)



Sindicato realiza reuniões nas agências bancárias de Juina, Juara, Brasnorte e Porto dos Gaúchos

(Página 04)



Editorial

Os trabalhadores, em todo o país, estão indo às ruas contra os ataques aos direitos e as ameaças de retrocesso promovidas pelo governo de plantão. Pois, só com muita luta e união da classe trabalhadora será possível derrubar a PEC da Morte (atual PEC 55 no Senado).

Será preciso muita mobilização para barrar a reforma da Previdência, que pretende aumentar a idade mínima de aposentadoria para 65 anos e igualar a idade entre homens e mulheres e entre trabalhadores do campo e da cidade, que reduz os investimentos em educação e saúde. Ainda querem privatizar os bancos públicos e estatais como a Petrobrás.

Não podemos aceitar a terceirização irrestrita. O PLC 30/2015 que tramita no Senado prevê a terceirização da atividade-fim nas empresas. Se aprovado, haverá um retrocesso em anos de conquistas das leis trabalhistas. Conseguimos uma vitória parcial com o adiamento da votação pelo Supremo Tribunal Federal (STF), agora temos mais um motivo para continuar os protestos contra a terceirização.

Além da luta nacional, nós bancários, precisamos ficar atentos contra a ganância dos banqueiros que lucram e demitem precarizando cada vez mais as condições de trabalho. Agora, o Banco do Brasil e a Caixa anunciam o seu plano de reestruturação seguindo intenção do governo Temer de desmonte e de fragilização do Estado, privilegiando o mercado financeiro.

A luta contra as demissões é no dia a dia. É preciso fortalecer a luta contra todos os ataques aos direitos trabalhistas, permanecendo mobilizados e participando do Sindicato. Pois, **SÓ A LUTA TE GARANTE!**

Clodoaldo Barbosa
Presidente do SEEB/MT

Expediente:

Informativo Bancari@smt é uma publicação da Secretária de Comunicação e Imprensa do Sindicato dos Bancários de MT.

Jornalista: **Silvia Marques**
Diagramação: **Fabiano Ribeiro Queiroz**

Rua Barão de Melgaço, 3190 - Centro Cuiabá-MT
CEP 78.020-800 - Fone/Fax: (65) 3623-5333
www.bancariosmt.com.br
bancariomt@gmail.com

Clodoaldo Barbosa
Presidência

Alex Rodrigues Teixeira
Secretaria Geral

John Gordon Ramsay
Secretaria de Finanças

José Maria Guerra
Secretaria de Patrimônio e Orçamento

Ana Lúcia Nobre Neves
Secretaria de Imprensa e Comunicação

Marcílio Silva de Lima
Secretaria de Assuntos Jurídicos

Natércio Corrêa Brito
Sec. Formação Político-Sindical, Sócioeconômica e de Pesquisa

Italina Facchini
Secretaria de Assuntos de Saúde e Condições de Trabalho

Florisvaldo Pereira de Souza
Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

Celso Coan
Secretaria de Assuntos dos Aposentados

João Luiz Dourado
Secretaria de Assuntos Intersindicais e Sociais

Vânia Lúcia Schembek Silva
Secretaria de Assuntos da Mulher

Dorival Rigoti
Secretaria de Assuntos do Ramo Financeiro

JORNADA DE 6 HORAS PARA OS SUPERVISORES DE ANÁLISE DE CRÉDITO E SUPORTE OPERACIONAL DO BASA JÁ É UMA REALIDADE



Desde o início do mês de novembro, os Supervisores de Análise de Crédito (SUANA) e de Supervisor de Suporte Operacional do BASA de Mato Grosso estão trabalhando 6 horas, conforme determinado pela Justiça do Trabalho de Mato Grosso. O Banco da Amazônia foi condenado a reduzir a jornada dos

supervisores de análise de crédito do BASA, sem diminuir os salários.

Para o SEEB/MT essa determinação da Justiça foi uma vitória para a categoria. Na ação civil pública contra o Banco, além do enquadramento dos trabalhadores do BASA na jornada de 6h, ainda determina o pagamento da 7ª e 8ª horas como horas extras, a todos que laboraram nessas funções nos últimos seis anos.

O assessor jurídico dos Sindicatos, Eduardo Alencar, explica que o Banco utiliza-se de um subterfúgio para burlar a legislação. Os cargos comissionados criados não tem o poder de "mando" e nem existem "subordinados", como está previsto no Artigo 224 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Prazos

Nos processos 1111.09.2015.5.23.0003, Supervisores de Suporte Operacional) e 1117.16.2015.5.23.0008 (Supervisores de Análise de Crédito) já decorreram os prazos legais para o banco recorrer.

AUDITORIA FISCAL DA SRTE/MT CONSTA IRREGULARIDADES NO BB

Os Auditores Fiscais do Trabalho do Núcleo de Segurança e Saúde no Trabalho (NEGUR) da Superintendência Regional do Trabalho de Mato Grosso (SRTE/MT) constataram várias irregularidades nas Agências do Banco do Brasil dos municípios de Nobres e de Rosário Oeste, municípios localizados a mais de 100 km da Capital de Mato Grosso. As agências estão funcionando sem a dotação suficiente de funcionários para atender os clientes e usuários.

No documento encaminhado ao Sindicato dos Bancários de Mato Grosso (SEEB/MT) os auditores lavraram 07 laudos de infração detalhando a situação encontrada. Eles constataram "a falta de adequação do volume de serviços à capacidade dos trabalhadores, que gera adoecimento (estresse) reconhecido pelo próprio empregador. Também apontam que há



fortes indícios que as irregularidades são comuns no interior do Estado, especialmente nas localidades mais remotas". Leia mais no site do Sindicato.

EMPREGADOS DA CAIXA AUTORIZAM O SINDICATO ASSINAR ACORDO SOBRE "QUEBRA DE CAIXA"



O SEEB/MT realizou, na quinta-feira (04.10), uma Plenária Jurídica com os empregados da CAIXA para discutir as ações jurídicas que visam garantir o pagamento da verba QUEBRA DE CAIXA aos funcionários que exercem ou exerceram as funções de "Caixa", além dos reflexos em 1/3 de Férias, 13º Salário, FGTS e RSR (Repouso Semanal Remunerado).

A plenária deliberou em fazer o acordo proposto pelos representantes da CAIXA. O Banco afirmou a possibilidade de fazer acordo somente para os empregados que exerceram a função de Caixa até 31/12/2003, e que ainda exercem a função de caixa, pagando a quebra de caixa proporcional ao período laborado entre agosto de 2009 a outubro de 2016. O Banco também se compromete a incorporar a Quebra de Caixa na remuneração.

A Plenária ainda autorizou a direção do Sindicato continuar com a ação coletiva para garantir o pagamento de Quebra de Caixa aos demais os empregados que exerceram a função de caixa nos últimos sete anos no Estado de Mato Grosso. O Sindicato estuda entrar com ação coletiva cobrando a quebra de caixa para os avaliadores e tesoureiros.

Alerta - O Sindicato alerta que tem um grupo de advogados que estão procurando os bancários percorrendo as agências do interior, aliciando os Caixas a entrarem com ação individual e cobrando honorários dos bancários desavisados. Portanto, esses advogados não representam o Sindicato.

SEEB/MT DENUNCIA A PERVERSIDADE DO ITAÚ: LUCRA E DEMITE!



Com faixas, cartazes e manequins representando os funcionários demitidos pelo Itaú, o Sindicato dos Bancários de Mato Grosso, organizou protesto, nesta terça-feira (22.11), na porta da Agência, onde funciona a Superintendência Regional Operacional e Comercial do Banco. A agência foi fechada por 24 horas para denunciar aos clientes do Banco e para a sociedade a política de exploração do Itaú.

O Itaú obteve lucro líquido de R\$ 16,33 bilhões entre janeiro a setembro deste ano. “Mesmo com a lucratividade nas alturas, fruto da exploração de funcionários e clientes, o maior banco privado do país demite centenas de trabalhadores. Uma atitude perversa e irresponsável, que afeta pais e mães de família e toda a sociedade”, avalia o secretário de formação político-sindical, socioeconômica e de pesquisa do SEEB/MT e Coordenador Regional da Comissão dos Empregados do Itaú (COE/Itaú/Fetec/Cn), Natércio Brito, ressaltando que está na hora do banco

ter mais responsabilidade social com o país, principalmente nesse momento de crise.

Em Cuiabá, nas últimas semanas foram 12 demitidos funcionários do Itaú sem justa causa, sendo que 10 eram mulheres. Ao todo, em Mato Grosso, de janeiro até o momento, foram demitidos mais de 40 trabalhadores. Em todo o país, já foram fechados 1.744 postos de trabalho nos primeiros nove meses de 2016. “O clima nas agências é tenso, gerando medo e insegurança, preocupados, sem saber quem será o próximo da lista”, completa a secretária de assuntos de saúde e condições de trabalho do SEEB/MT, diretora da CUT/MT e funcionária do Itaú, Italina Facchini.

“O Sindicato está atento a todos os desligamentos feitos pela empresa e, como acontece em muitos casos, se precisar, a entidade irá recorrer à Justiça. Mas, essa atitude política perversa e abusiva do Itaú precisa ser barrada”, declara o presidente do Seeb/MT.

SANTANDER:

FINALMENTE O ADITIVO SERÁ ASSINADO



De acordo com a diretora do Seeb-MT e representante da Fetec-CUT/CN na Comissão de Empregados (Coe) do Santander, Nice de Souza, após nove rodadas, finalmente será assinado a renovação do acordo aditivo à CCT (Convenção Coletiva de Trabalho) dos funcionários do Santander.

“Avançamos no índice do Programa de Participação nos Resultados do Santander (PPRS) terá reajuste de 9,13% em 2016, que equivale a R\$ 2.200. Em 2017, o programa terá a

correção da inflação (INPC) mais 1% de aumento real. Na Bolsa Educação, conquistaram a correção pelo índice da Fenaban: 8% em 2016 e, em 2017, INPC mais 1% de aumento real. Também, conseguimos parcelamento no adiantamento de férias em 3 vezes. Não foi tudo o que queríamos, mais foi o melhor depois de muita luta”, avalia a dirigente.

Leia mais no www.bancariosmt.com.br

SEEB/MT E FETEC/CN REALIZAM REUNIÃO COM OS FUNCIONÁRIOS DO BRB

Na quinta (17.11), a direção do Seeb/MT, esteve reunida com os funcionários do BRB. A reunião contou com a presença da Sec. da Mulher da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro Norte – FETEC-CUT/CN e membro da Comissão de Empregados do BRB, Maria Aparecida Sousa. Em pauta, a avaliação da Campanha Nacional dos Bancários e informes sobre o andamento das negociações com o Banco sobre a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) de 2016.

Desde a data-base dos bancários, em setembro, o BRB manifestou a intenção de repetir o mesmo modelo de distribuição da PLR praticado no primeiro semestre deste ano. Mas, sur-

preendeu negativamente, com uma proposta de mudança, apresentada na última rodada de negociação (10.11). A proposta flexibiliza as unidades receberiam a PLR proporcional a partir do atingimento de 95% da média dos produtos, desde que atingisse também como percentual mínimo 95% em cada produto – lembrando, que o atual percentual mínimo de atingimento por produto é de 70%. O banco ainda piorou a proposta ao apresentar que essa “flexibilização” seria acompanhada de uma mudança no percentual de distribuição linear da PLR, que passaria a ser de 40%, e o vinculado a meta, 60%. Hoje, o percentual linear é de 60%, e o vinculado a meta, 40%. Leia Mais no site.



“NENHUM DIREITO A MENOS”

TRABALHADORES PELAS RUAS DE CUIABÁ CONTRA A PEC DA MORTE

O recado foi dado: Só com Greve Geral para barrar a retirada de direitos! Esse foi o grito de resistência de mais de 1000 trabalhadores e trabalhadores, do campo e da cidade, em Cuiabá, na sexta (11/11), - Dia Nacional de Greve e de Paralisações por todo o Brasil, que teve o objetivo chamar a atenção a população contra o golpe nos direitos sociais promovida pelo governo.

“Só ocupando as ruas e cruzando os braços é possível barrar projetos nefastos como: a PEC 55/16 (PEC 241), - PEC da Morte -, a Reforma do Ensino Médio, o PL 6547, que vende o Petróleo brasileiro, a Lei da Escola sem Partido, Lei da Amordaça, e a

Reforma da Previdência. Só com a união dos trabalhadores para conter a onda conservadora que quer privatizar e rasgar a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas)”, afirmou o presidente da Central Única dos Trabalhadores de Mato Grosso (CUT/MT), João Dourado.

O secretário de patrimônio e orçamento do SEEB/MT, José Guerra, contrapôs o argumento do governo da contenção de gastos apresentando os índices que fazem a farra dos recursos, com aumento de 41% dos salários do Judiciário, 36% para os políticos, mais aumentos para os valores dos cartões corporativos dos políticos, entre outros.

CONTRAF/CUT E POUPEX ASSINAM ACORDO 2016/18

Na quarta-feira (16), a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT) e a Poupex assinaram o acordo 2016/2018, que tem abrangência nacional e foi aprovado em assembleia dos funcionários no dia 1º de novembro.

Os parâmetros do acordo da Poupex são os mesmos do pactuado entre a Contraf/CUT e a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), que determinou correção de 8% sobre todas as verbas e ainda um abono bruto no

valor de R\$ 3.500,00.

Quanto à PR (participação nos resultados), o acordo prevê o pagamento em duas parcelas de 90% do salário mais um valor fixo de R\$ 2.183,53. O acordo da Poupex determina também o pagamento de um abono único a título de parcela adicional da PR, também em duas parcelas, no valor total de R\$4.367,07. (Fonte - Com informações da FETEC/CN)

ATENÇÃO BANCÁRIOS:

O MOMENTO EXIGE CORAGEM E CONSCIÊNCIA DE CLASSE



Por Alex Rodrigues

Em mais um episódio da devastação dos direitos da classe trabalhadora, agora a direção do Banco do Brasil (BB) anunciou reestruturação com fechamento de 402 agências e a transformação de outras 379 em postos de atendimento, bem como a redução milhares de postos de trabalho.

A reestruturação do BB não prejudica apenas os empregados, mas sim o País. A transformação de agências em postos de atendimento reduz os serviços prestados e reduz o número de bancários. Ou seja, a medida mexe com a vida dos trabalhadores/as, e afeta toda a população brasileira, que ficará cada vez mais, a mercê do mercado financeiro.

De acordo com o noticiado, o banco lançará plano de aposentadoria incentivada que pode alcançar até 18 mil funcionários, ou seja, esses milhares de trabalhadores poderá deixar o BB ao longo de 2017, o que impacta direta-

mente no tempo de espera para atendimento nas agências e mesmo em caixas automáticos.

Ora, a redução das longas filas são um dos itens mais cobrados das instituições financeiras pela sociedade e institutos de defesa do consumidor e com essa reestruturação a situação se agravará ainda mais.

É preciso compreender que essa reestruturação no Banco do Brasil significa a continuidade das políticas do atual governo, Michel Temer (PMDB), onde destrói os direitos da classe trabalhadora conquistados nos últimos 60 anos. Além de alterar a Constituição Federal para congelar o orçamento público pelo período de 20 anos, congela o desenvolvimento do país, promove o sucateamento da Previdência, Educação e Saúde públicas e dos demais serviços públicos.

E para tornar o desmonte, ainda maior, avança, a passos largos sobre o patrimônio brasileiro, com projetos que tira a exclusividade da Petrobras

na exploração do Pré-Sal, privatiza as estatais e os bancos públicos.

O Banco do Brasil, assim como a Caixa Econômica e demais bancos públicos, cujo, o princípio constitucional para sua existência é o atendimento ao interesse coletivo, contribuindo com desenvolvimento econômico e social do Brasil, atuando diretamente em situações pouco atrativas aos bancos privados, que precisa estar ao alcance do povo, agora sofre com medidas que fogem totalmente a esse princípio constitucional.

E isso é perigoso, pois a alteração da principal função dos bancos públicos só interessa ao capital privado e a um sistema financeiro extremamente concentrado, visto que, além de tornar ainda mais exaustiva a jornada de trabalho, elevar as longas filas e dilapidar conquistas dos bancários que permanecerão, ainda, há o fato de que a sociedade em futuro próximo não enxergará o Banco do Brasil como uma instituição que atende o interesse coletivo, mas um banco de mercado como qualquer outro.

Então, ficará fácil para os políticos, que tomaram o poder de assalto, entregar através da privatização, mais um patrimônio do Brasil, sob alegação de não atender ao princípio constitucional que autorizou a sua criação.

E surge a indagação qual interesse o atual governo está defendendo, visto que todas as medidas até agora adotadas, economicamente falando, apenas tende a elevar ainda mais a crise brasileira. As análises de redução da atividade econômica para o próximo ano comprovam isso.

Com essa reestruturação do Banco do Brasil e possivelmente da Caixa Econômica Federal, com clara intenção de torna-los ainda mais em bancos de mercado e, conforme já mencionado, alterando seu princípio constitucional de existência, o governo irá reduzir

significativamente o acesso ao crédito produtivo, botando mais uma pitada de maldade na dilapidação dos direitos dos trabalhadores e consequentemente na elevação da crise.

Se alguém ainda tinha alguma dúvida de que os bancos públicos estão na mira do governo Temer, agora não resta mais. Em uma só tacada, o Governo fecha agências, reduz postos de trabalho, e vai, totalmente, na contramão da história que vinha acontecendo com a Instituição na última década.

Mas é preciso compreender que não estão em jogo apenas as questões corporativas referentes aos direitos dos bancários do BB e demais bancos públicos. Estamos diante do avanço de políticas neoliberais, já vista em décadas anteriores, que retiram direitos da classe trabalhadora, desemprega, reduz postos de trabalho e aumenta a desigualdade social.

A questão que se coloca é se nós trabalhadores ficaremos "sentado em berço esplendido" assistindo o sucateamento e o desmonte do Estado Brasileiro por um governo que não foi eleito pelo povo.

É preciso lembrar que fazemos parte da classe trabalhadora que com suor e muito trabalho produz todas as riquezas desse país. Não podemos aceitar que a conta da crise de um sistema falido e corrupto caia sobre nossos ombros.

Não resta outra opção, senão voltarmos às ruas e fortalecer as mobilizações dos movimentos sociais que já estão na luta. O momento exige coragem e a consciência de que apenas a luta e a unidade da classe trabalhadora poderão frear todos os retrocessos que estão postos.

Alex Rodrigues é mestre em políticas públicas, advogado, formado em economia e diretor do Sindicato dos Bancários de Mato Grosso.

SINDICATO REALIZA REUNIÕES NAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS DO INTERIOR

O presidente do Seeb/MT, Clodoaldo Barbosa, o secretário de patrimônio e orçamento, José Guerra, e o secretário de Assuntos Intersindicais e Sociais e presidente da CUT/MT, João Luiz Dourado, no início do mês de novembro, visitaram os bancários e bancárias dos municípios de Juina, Juara, Brasnorte e Porto dos Gaúchos.

Os dirigentes também estão aproveitando as visitas para

ampliar o quadro associativo com novas filiações e informar sobre as ações jurídicas impetradas pelo Sindicato. O bancário que quiser a presença do Sindicato na sua agência pode entrar em contato com a entidade e agendar uma visita, ligue no (65) 623 5333 ou envie solicitação pelo whatsapp (65) 9238 7570. (Leia mais sobre no

www.bancariosmt.com.br)



NOTA: SINDICATO PREPARA AÇÕES JUDICIAIS E SINDICAIS CONTRA A REESTRUTURAÇÃO DO BB

O SEEB/MT e a CONTRAF-CUT, da mesma forma que os bancários, foram surpreendidos com a devastação causada pela reestruturação anunciada pelo Banco do Brasil (BB).

O Sindicato informa que está analisando as medidas judiciais para resguardar os direitos dos trabalhadores. Além das ações judiciais, o movimento sindical, de forma unificada, prepara mobilizações nacionais em todo o país. E alerta para a possibilidade da realização de uma plenária como os todos os funcionários do BB, nos próximos dias, para organizar as mobilizações.



LICENÇA PATERNIDADE AMPLIADA

A Cláusula 4.7.15 estabelece a prorrogação da licença paternidade em 15 dias, de 5 para 20 dias no total, dependendo de adesão expressa da financeira ao programa "empresa cidadã". O empregado deve requerer por escrito no prazo de dois dias após o parto. O benefício também é válido para o pai adotante e o requerimento deve ser solicitado em até 30 dias após sentença judicial que garante a adoção.